

**I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2018				V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)					
II - BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)									
ATIVO		PASSIVO							
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	01/07/2018 a 31/12/2018	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	
						(Não auditado)			
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.970.321</b>	<b>1.929.652</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>663.934</b>	<b>543.769</b>	<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>48.695</b>	<b>89.220</b>	<b>63.235</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	27.315	27.722	DEPÓSITOS (NOTA 12)	426.947	333.419	Resultado do semestre/exercício	41.597	75.555	60.004
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	26.218	-	Depósitos à Vista	268.947	202.482	<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>7.101</b>	<b>13.665</b>	<b>3.231</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.218	-	Depósitos a Prazo	158.000	130.937	(Reversão) Provisão para operações de crédito	4.313	6.352	(3.133)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	318.089	308.491	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	125.454	115.421	Provisão para desvalorização de outros valores e bens	308	196	409
Carteira Própria	318.089	308.491	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	55	81	Provisão para desvalorização de outros créditos	1.365	1.674	275
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	954.814	1.063.447	Repesses Interfinanceiros (NOTA 13)	125.399	115.340	Depreciação do imobilizado de uso	2.033	3.788	2.982
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	34	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.923	2.914	Amortização do intangível	1.595	2.938	2.669
Correspondentes no País	553	483	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.923	2.914	Baixas do ativo permanente	120	349	410
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	954.260	1.062.930	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	15.440	Provisão para passivos contingentes	933	1.596	1.059
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	548.181	459.320	Empréstimos País - Outras Instituições	-	15.440	Destinações ao FATES	(3.269)	(3.269)	(1.937)
Operações de Crédito	578.907	486.539	OUTRAS OBRIGAÇÕES	107.610	76.575	Dividendos SicrediPar	(297)	41	497
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(30.726)	(27.219)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	280	242	<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(112.655)</b>	<b>(161.676)</b>	<b>115.756</b>
OUTROS CRÉDITOS	76.490	54.809	Sociais e Estatutárias	9.100	6.677	(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(103.421)	(103.533)	(3.550)
Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.647	331	Fiscais e Previdenciárias	3.049	2.978	(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	362	(9.598)	(43.089)
Rendas a Receber	2.566	2.114	Diversas (NOTA 15)	95.181	66.678	(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	11.014	33	(30)
Créditos Específicos	423	398				Redução em créditos vinculados	123	-	-
Diversos (NOTA 07 e 08)	74.596	53.033				(Aumento) em relações com correspondentes	(39)	(70)	172
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(2.742)	(1.067)				(Aumento) em operações de crédito	(125.304)	(211.115)	(105.753)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	19.214	15.863				Aumento em relações interfinanceiras passivas	965	15.200	19.573
Outros Valores e Bens	19.814	16.276				(Aumento) em outros créditos	(17.937)	(23.402)	(11.686)
(Provisão para desvalorização)	(646)	(451)				(Aumento) em outros valores e bens	(597)	(3.547)	(5.368)
Despesas Antecipadas	46	38				Aumento em depósitos	108.704	159.349	249.880
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>545.186</b>	<b>341.248</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.455.558</b>	<b>1.384.570</b>	Aumento em relações interdependências passivas (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	2.940	1.009	392
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	80.865	3.550	DEPÓSITOS (NOTA 12)	1.438.039	1.372.218	Absorção de dispêndios pelo FATES	(17.170)	(15.440)	(44)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	80.865	3.550	Depósitos Interfinanceiros	16.897	-	Aumento em outras obrigações	(1.018)	(2.534)	(1.817)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	382.268	266.366	Depósitos a Prazo	1.421.142	1.372.218	<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido</b>	<b>28.723</b>	<b>31.972</b>	<b>17.076</b>
Operações de Crédito	400.457	281.711	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	17.519	12.352	Proveniente/(Aplicado)	(63.957)	(72.456)	178.991
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(18.189)	(15.345)	Repesses Interfinanceiros	17.519	12.352	Aquisição de Investimentos	-	(1.193)	6
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	9	3				Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.091)	(9.162)	(5.901)
Diversos	9	3				Aplicações no Intangível	(3.663)	(7.434)	(3.219)
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	42.591	41.398	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>396.015</b>	<b>342.561</b>	<b>Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(7.754)</b>	<b>(17.789)</b>	<b>(9.114)</b>
Outros Investimentos	42.591	41.398	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	185.027	177.387	Integralização de capital	6.798	13.053	10.428
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	23.846	18.821	De Domiciliados no País	187.488	177.529	Baixa de capital	(8.018)	(17.284)	(17.603)
Imóveis de Uso	7.755	7.351	(Capital a Realizar)	(2.461)	(142)	Juros ao capital próprio	(138)	(138)	(333)
Outras Imobilizações de Uso	37.362	31.201	RESERVAS DE SOBRAS	181.567	147.739	Distribuição de Sobras	-	(13.060)	(7.149)
(Depreciação acumulada)	(21.271)	(19.731)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	29.421	17.435	Reversão de reservas	(1.708)	(1.403)	-
INTANGÍVEL (NOTA 11)	15.607	11.110				<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.066)</b>	<b>(18.832)</b>	<b>(14.657)</b>
Outros Ativos Intangíveis	29.154	21.720				Integralização de capital	6.798	13.053	10.428
(Amortização acumulada)	(13.547)	(10.610)				Baixa de capital	(8.018)	(17.284)	(17.603)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.515.507</b>	<b>2.270.900</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.515.507</b>	<b>2.270.900</b>	Juros ao capital próprio	(138)	(138)	(333)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**III - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)**

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não Auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
	<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>117.773</b>	<b>4</b>	<b>117.777</b>	<b>220.286</b>	<b>5</b>	<b>220.291</b>	<b>203.697</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	105.165	4	105.169	197.605	5	197.610	171.022	-	171.022
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	12.607	-	12.607	22.679	-	22.679	32.674	-	32.674
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	2	-	2	1	-	1
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(64.995)</b>	<b>(115)</b>	<b>(65.110)</b>	<b>(125.957)</b>	<b>(206)</b>	<b>(126.163)</b>	<b>(155.893)</b>	<b>(664)</b>	<b>(156.557)</b>
Operações de Captação no Mercado	(44.923)	(115)	(45.038)	(88.515)	(206)	(88.721)	(122.436)	(141)	(122.577)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.324)	-	(4.324)	(8.973)	-	(8.973)	(8.509)	(523)	(9.032)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.748)	-	(15.748)	(28.469)	-	(28.469)	(24.948)	-	(24.948)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>52.778</b>	<b>(111)</b>	<b>52.667</b>	<b>94.329</b>	<b>(201)</b>	<b>94.128</b>	<b>47.804</b>	<b>(664)</b>	<b>47.140</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(18.341)</b>	<b>7.386</b>	<b>(10.955)</b>	<b>(31.500)</b>	<b>13.130</b>	<b>(18.370)</b>	<b>3.905</b>	<b>9.518</b>	<b>13.423</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.054	13.995	24.049	18.951	26.010	44.961	16.401	20.021	36.422
Rendas de Tarifas Bancárias	12.546	-	12.546	24.420	-	24.420	21.906	-	21.906
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(33.172)	(2.581)	(35.753)	(64.087)	(4.647)	(68.734)	(61.359)	(3.841)	(65.200)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(25.790)	(3.399)	(29.189)	(48.781)	(6.159)	(54.940)	(42.818)	(4.878)	(47.696)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(65)	(690)	(755)	(130)	(1.282)	(1.412)	(148)	(987)	(1.135)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	39.652	1.314	40.966	78.632	1.438	80.070	104.575	669	105.244
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(21.566)	(1.253)	(22.819)	(40.505)	(2.230)	(42.735)	(34.652)	(1.466)	(36.118)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>34.437</b>	<b>7.275</b>	<b>41.712</b>	<b>62.829</b>	<b>12.929</b>	<b>75.758</b>	<b>51.709</b>	<b>8.854</b>	<b>60.563</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(756)</b>	<b>158</b>	<b>(598)</b>	<b>(1.052)</b>	<b>291</b>	<b>(761)</b>	<b>(753)</b>	<b>194</b>	<b>(559)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>33.681</b>	<b>7.433</b>	<b>41.114</b>	<b>61.777</b>	<b>13.220</b>	<b>74.997</b>	<b>50.956</b>	<b>9.048</b>	<b>60.004</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>483</b>	<b>483</b>	<b>-</b>	<b>558</b>	<b>558</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	290	290	-	369	369	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	193	193	-	189	189	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>33.681</b>	<b>7.916</b>	<b>41.597</b>	<b>61.777</b>	<b>13.778</b>	<b>75.555</b>	<b>50.956</b>	<b>9.048</b>	<b>60.004</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.778</b>	<b>(13.778)</b>	<b>-</b>	<b>9.048</b>	<b>(9.048)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>33.681</b>	<b>7.916</b>	<b>41.597</b>	<b>75.555</b>	<b>-</b>	<b>75.555</b>	<b>60.004</b>	<b>-</b>	<b>60.004</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(46.134)</b>	<b>-</b>	<b>(46.134)</b>	<b>(42.569)</b>	<b>(42.569)</b>	<b>-</b>	<b>(42.569)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.037)	-	(9.037)	(14.627)	-	(14.627)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.269)	-	(3.269)	(1.937)	-	(1.937)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(32.690)	-	(32.690)	(19.372)	-	(19.372)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.138)	-	(1.138)	(6.633)	-	(6.633)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.421</b>	<b>-</b>	<b>29.421</b>	<b>17.435</b>	<b>-</b>	<b>17.435</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)**

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>164.544</b>	<b>121.734</b>	<b>-</b>	<b>12.873</b>	<b>299.151</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.724	-	-	(11.412)	(5.688)
Outras destinações	-	-	-	(1.461)	(1.461)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	10.428	-	-	-	10.428
Baixas de capital	(17.603)	-	-	-	(17.603)
Resultado do período	-	-	-	60.004	60.004
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.937)	(1.937)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.372	-	(19.372)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.294	-	-	(14.627)	(333)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.633	-	(6.633)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>177.387</b>	<b>147.739</b>	<b>-</b>	<b>17.435</b>	<b>342.561</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>12.843</b>	<b>26.005</b>	<b>-</b>	<b>4.562</b>	<b>43.410</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>177.387</b>	<b>147.739</b>	<b>-</b>	<b>17.435</b>	<b>342.561</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.972	-	-	(14.882)	(11.910)
Destinações para reservas	-	-	1.403	(1.403)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.150)	(1.150)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	13.053	-	-	-	13.053
Baixas de capital	(17.284)	-	-	-	(17.284)
Reversão de reservas	-	-	(1.403)	-	(1.403)
Resultado do período	-	-	-		

**VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)**

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/12/1902 e tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias de práticas de cooperativismo;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco Cooperativo"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco Cooperativo"), associação integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013. O FG-Coop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a extraordinação e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2019.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações precedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logotipos, ajustados por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em termos anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**l) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**m) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**o) Provisões e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**p) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito provisórios são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**q) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	27.315	27.722
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	954.260	1.062.930
Total	981.575	1.090.652

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.218	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	26.218	-
Total circulante	26.218	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	80.865	3.550
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	66.863	-
DI entre Banco e Cooperativas	6.323	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.829	3.550
Total não circulante	80.865	3.550

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	318.089	308.491
Total circulante	318.089	308.491

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de Crédito	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	774.174	258.315	632.489	526.171
Financiamentos	72.470	113.920	186.390	108.261
Financiamentos rurais e agroindustriais	132.263	28.222	160.485	133.818
Carteira total	578.907	400.457	979.364	768.250

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas	1.647	-	1.647	331
Devedores por compra de valores e bens	-	-	-	8
Títulos e créditos a receber (i)	64.510	9	64.519	41.119
Total	66.157	9	66.166	41.458

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	93	-	-	-
Nível A	0,50	338.377	258.366	1.692	1.292
Nível B	1,00	391.417	336.057	3.914	3.381
Nível C	3,00	226.756	129.654	6.803	3.890
Nível D	10,00	37.852	35.777	3.785	3.578
Nível E	30,00	14.459	17.233	4.338	5.170
Nível F	50,00	8.147	10.838	4.074	5.419
Nível G	70,00	9.959	4.501	4.171	3.151
Nível H	100,00	22.470	17.282	22.470	17.282
Total (i)		1.045.530	809.708	51.247	43.143

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 410 (2017 - R\$ 488).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			2017	
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	8.022	94.832	98.730	132.603	334.187	236.623
Rural	876	15.492	115.895	28.222	160.485	133.818
Industrial	2.218	19.670	30.886	33.455	86.229	79.418
Comércio	2.328	38.798	65.228	79.582	158.936	143.186
Outros Serviços	4.745	57.443	89.901	126.604	278.693	216.663
Total	18.189	226.235	400.640	400.466	1.045.530	809.708

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	60.907	5,83	49.686	6,14
50 maiores devedores seguintes	110.692	10,59	95.741	11,82
100 devedores seguintes	99.138	9,47	87.716	10,83
Demais	774.793	74,11	576.565	71,21
Total	1.045.530	100	809.708	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial	43.631	46.489
Constituição de provisão	28.469	24.948
Movimentação de baixados para prejuízo	(20.443)	(27.806)
Saldo final	51.657	43.631

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 14.893 (2017 - R\$ 11.528), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 26.251 (2017 - R\$ 22.181).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	280	270
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.284	4.792
Devedores por compra de valores e bens	-	8
Devedores por depósitos em garantia	3.767	3.381
Impostos e contribuições a pagar	462	1.179
Títulos e créditos a receber	64.510	41.116
Valores honorados	-	38
Cotas de consórcio	1.563	1.499
Operações com cartões	1.768	216
Pendências a regularizar	700	84
Outros	262	450
Total Circulante	74.596	53.033
Títulos e créditos a receber	9	3
Total não circulante	9	3

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio	19.679	16.212
Imóveis	19.481	15.178
Veículos e afins	150	219
Máquinas e equipamentos	29	-
Bens em regime especial	19	815
Material em estoque	135	64
Despesas antecipadas	46	38
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(646)	(451)
Total Circulante	19.214	15.863

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 646 (2017 - R\$ 451) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2018		2017	
	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	24.167	22.974	-	-
Sicredi Participações S.A.	18.422	18.422	-	-
Outras Participações e Investimentos	2	2	-	-
Sicredi Fundos Garantidores	2	2	-	-
Total	42.591	41.398	-	-

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	5.974.923 ON	5.974.923 ON	2	2	24.166.284	22.973.568
Percentual de participação	2,09%	2,11%	1,24%	1,22%	6,30%	6,54%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	18.422	18.422	2	2	24.167	22.974

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de Depreciação %	Custo corrigido	2018		2017	
			Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	45.117	(21.271)	23.846	18.821	18.821
Imobilizações em curso	-	2.508	-	2.508	1.459	1.459
Terrenos						

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05).....	107.083	3.550
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06).....	318.089	308.491
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04).....	954.260	1.062.930
Outros Créditos - Rendas a receber.....	1.920	1.463
Outros Créditos - Diversos (Nota 08).....	1.299	4.399
Investimentos (Nota 10).....	42.591	41.398
Intangível (Nota 11).....	13.845	11.004
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13).....	142.918	127.692
Obrigações por empréstimos (Nota 14).....	-	15.440
Obrigações Obrigáveis - Diversas (Nota 15).....	65.696	40.865
<b>Recetas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	22.679	32.674
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços.....	10.392	7.003
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 21).....	65.404	95.642
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses.....	8.973	9.032
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20).....	2.439	1.972
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22).....	21.699	21.241

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista.....	143	0,05%	179
Depósitos a prazo.....	5.146	0,33%	5.331
Operações de crédito.....	550	0,06%	152

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração**

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas-chave da administração.....	3.236	3.171

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás.....	1.131	985
Despesa de aluguel.....	5.401	5.375
Despesa de comunicação.....	2.403	2.467
Despesa de manutenção e conservação.....	2.894	3.158
Despesa de material.....	755	531
Despesa processamento dados.....	1.371	892
Despesa de promoções e relações públicas.....	4.762	3.135
Despesa de propaganda e publicidade.....	11	399
Despesa de seguros.....	4.414	5.216
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	5.461	5.863
Despesa de serviços de terceiros.....	3.730	1.507
Despesa de serviços de vigilância e segurança.....	3.472	3.307
Despesa de serviços de técnicos especializados.....	3.938	2.712
Despesa de serviços de transportes.....	2.762	3.377
Despesa de viagem.....	87	17
Despesa de depreciação.....	3.917	2.986
Outras despesas administrativas.....	12.431	11.049
<b>Total.....</b>	<b>54.940</b>	<b>47.696</b>

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de centrais e despesas.....	3.501	3.108
Ingressos depósitos intercooperativos(i).....	63.986	93.661
Reversão de provisões operacionais.....	8.333	5.724
Outras rendas operacionais.....	4.250	2.751
<b>Total.....</b>	<b>80.070</b>	<b>105.244</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito.....	4.346	3.384
Contribuições Cooperativistas.....	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores.....	1.008	794
Contribuição Confederação Sicredi.....	15.317	13.905
Contribuição Central Sicredi Sul/Sudeste.....	1.613	1.298
Encargos da administração financeira.....	423	531
Repasse administradora de Cartões.....	757	1.441
Depreciação e amortização (Rateio Confederação).....	2.810	2.665
Outras provisões operacionais.....	9.011	7.026
Outras despesas operacionais.....	7.332	4.965
<b>Total.....</b>	<b>42.735</b>	<b>36.118</b>

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i).....	155.488	117.801
Coobrigações em cessões de crédito.....	123	140
<b>Total.....</b>	<b>155.611</b>	<b>117.941</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fimame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seu impacto no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

**II - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

**III - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis consistentes aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

**IV - Risco de Liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de

garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;

- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

**V - Risco de Crédito**

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

**VI - Informações Adicionais**

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

**NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b> .....	<b>380.409</b>	<b>334.959</b>
<b>Nível I (NI)</b> .....	<b>380.409</b>	<b>334.959</b>
<b>Capital principal - CP</b> .....	<b>380.409</b>	<b>334.959</b>
Capital social.....	185.027	177.387
Reservas de capital.....	181.567	147.739
Lucros acumulados.....	29.421	17.435
Ajustes Prudenciais.....	(15.606)	(7.602)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b> .....	<b>1.557.678</b>	<b>1.271.713</b>
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b> .....	<b>603</b>	<b>621</b>
<b>Margem de Capital (I)</b> .....	<b>216.249</b>	<b>200.809</b>
<b>Risco de Basileia (PR / RWA)</b> .....	<b>24,42%</b>	<b>26,34%</b>
<b>Situação de Imobilização (Imob)</b> .....	<b>23,84%</b>	<b>22,33%</b>
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b> .....	<b>6,27%</b>	<b>6,67%</b>

(i) Índice de Capital consiste no excedente de capital da instituição após requerimentos mínimos regulatórios e ao adicional de capital principal.

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantias de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Solon Stapassola Stahl		
Diretor Executivo CPF: 494.767.770-87		
<b>Eduardo Spier</b> Diretor de Operações CPF: 641.569.660-20		<b>Eduardo Netto Sarubbi</b> Contador CRC: RS-060899/O-8 CPF 694.157.650-20

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nova Petrópolis / RS, 15 de fevereiro de 2019.  
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,		
Gustavo Fantoni Conselheiro	Luciano Ricardo Fick Conselheiro	Rodrigo Bohnenberger Conselheiro

**VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS Nova Petrópolis - RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, em 31 de dezembro de 2018, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a nossa opinião e a financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras e não se que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas adequações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6  
Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

